



impactum
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Os “maluquinhos” de Arroios... A reeducação dos mutilados da Guerra no Instituto de Arroios (1916/1923)

Autor(es): Ribeiro, Cláudia Pinto

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: <http://hdl.handle.net/10316.2/35358>

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_4

Accessed : 4-Feb-2015 15:06:30

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



impactum
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Os “maluquinhos” de Arroios... A reeducação dos mutilados da Guerra no Instituto de Arroios (1916/1923)

The “freaks” from Arroios... The re-education of the wounded of War at the Institute of Arroios (1916/1923)

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto | CITCEM
claudiapintoribeiro@sapo.pt

Resumo:

As próximas linhas giram em torno do processo que conduziu à criação do Instituto de Arroios, votado à assistência e reeducação dos mutilados da Guerra, do que lá se fabricou durante o lustro em que funcionou na alçada da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1918/1923), e do balanço e perspetivas acerca do contributo que esta iniciativa promoveu.

Partindo da interpretação e análise de relatórios de atividades publicados pelo Instituto de Arroios, e recorrendo a outras fontes – legislação, imprensa, correspondência, artigos científicos, fotografia, etc. –, pretendemos evidenciar os principais resultados e contributos trazidos a lume pela maior obra de assistência aos mutilados da Guerra que a República observara.

Palavras chave:

Instituto de Arroios; Mutilados da Guerra; Reeducação profissional; Conferências Interaliadas.

Abstract:

The following words are about the process that led to the creation of the Institute of Arroios, devoted to support and re-educate the wounded of War, about what was produced there during the five years that functioned in the behalf of the Cruzada das Mulheres Portuguesas (1918/1923), and about the assessment and perspectives about the aftermaths promoted by this initiative.

Starting by the interpretation and analysis of activity reports published by the Institute of Arroios, and exploring other sources – legislation, press, correspondence, scientific papers, photos, etc. –, we intend to emphasize the main aftermaths and contributes brought by the greatest assistance work to the wounded of War that the first Republic could watch.

Keywords:

Institute of Arroios; War Wounded; Professional Reeducação; Interallied Conferences.

Introdução

A chegada dos primeiros soldados mutilados da Grande Guerra poderia ter feito mossa na frágil adesão da sociedade portuguesa à causa da guerra, não fosse o olhar atento de alguns médicos e pedagogos republicanos que, ainda antes do envio de tropas para o palco europeu – a incursão alemã no norte de Moçambique, em 25 de agosto de 1914, obrigou ao envio de uma primeira expedição de tropas portuguesas logo a 11 de setembro – trataram de organizar os primeiros serviços de assistência ao mutilado da Guerra.

De facto, este rasgo de clarividência pode sugerir a capacidade de antecipar problemas com largos meses de distância – e assim parece ter sido. Todavia, devemos ter alguma cautela na dose de modernidade e inovação que aplicamos a esta iniciativa, sem, evidentemente, desmerecer o projeto assistencial em foco. Na realidade, quando lançamos olhares ao Portugal republicano dos verdes anos, falamos de um cenário desolador no que se refere às condições de assistência aos estropiados e mutilados, sejam acidentados do trabalho ou feridos de guerra. Nada havia sido feito e encontrávamo-nos a uma grande distância de alguns países como a Alemanha, a França, a Bélgica ou a Itália. Portanto, por um lado, a ação antecipatória dilui-se na percepção de que um olhar mais atento ao panorama europeu anterior à guerra permitia compreender o significativo atraso que se fazia sentir em Portugal; por outro lado, engrandece quando observamos o esforço realizado num país de magros recursos, sem tradição na proteção social aos acidentados do trabalho, com poucos meios físicos e humanos e com a clara noção de ter de construir tudo de raiz.

Neste sentido, as próximas linhas procuram explicar o processo que conduziu à criação do Instituto de Arroios, votado à assistência e reeducação dos mutilados da Guerra, do que lá se fabricou durante o lustro em que funcionou na alçada da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1918/1923), e do balanço e perspectivas acerca do contributo que esta iniciativa promoveu. Como protagonistas, serão repetidos os nomes de António Aurélio da Costa Ferreira, diretor da Casa Pia de Lisboa, Ana de Castro Osório, Elzira Dantas Machado e Ester Norton de Matos, ligadas à Cruzada das Mulheres Portuguesas, grande impulsionadora deste movimento, e de Tovar de Lemos, diretor do Instituto de Arroios. Na qualidade de atores secundários, surge uma miríade de médicos, enfermeiras, fisioterapeutas e professores que deu cor e animação a este projeto inédito em Portugal. Na penumbra, ficam as centenas de mutilados que passaram pelas salas do instituto, e que deixaram, apenas, um rasto ténue gravado nos positivos que atestam a sua existência.

Partindo da interpretação e análise de relatórios de atividades publicados pelo Instituto de Arroios, e recorrendo a outras fontes diversas mapeadas em investigação anterior – legislação, imprensa, correspondência, artigos científicos, fotografia, etc. –, pretendemos evidenciar os principais resultados e contributos trazidos a lume pela maior obra de assistência aos mutilados da guerra que a República observara.^{1/2}

Fundação do Instituto de Reeducação de Arroios

O Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra foi uma escola de reeducação votada à assistência aos soldados que se estropiassem em campanha, criado no contexto da 1.^a Guerra Mundial, e que foi fruto do empenho e do trabalho da Cruzada das Mulheres Portuguesas. A Cruzada foi uma organização feminina fundada por Ana de Castro Osório e Elzira Dantas Machado, em 1916, cujo fundamento se prendeu, desde logo, com o objetivo de prestar apoio aos soldados portugueses mobilizados, e que encontrou na recolha de donativos, agasalhos e matérias-primas a forma de amparar quer os soldados no *front*³, quer as suas famílias na retaguarda.⁴

Para compreendermos o propósito e a utilidade deste Instituto, devemos observar os critérios explícitos que presidiram à sua criação. Por um lado, e num universo dual que se complementa, é visível a sua natureza assistencial, na medida em que procurava facilitar aos soldados mutilados em campanha os “*meios de serem aproveitados, restituindo-os ao trabalho, fonte de riqueza, e diminuindo-lhes a sua invalidez [...] para poderem viver com dignidade*”.

¹ Este artigo foi escrito de acordo com a nova grafia, incluindo citações.

² O Instituto de Arroios foi a maior obra de assistência organizada que surgiu como resposta à chegada dos soldados mutilados pela Guerra. Na sequência da Secção de Mutilados de Santa Isabel, que funcionava desde novembro de 1917 na Casa Pia de Lisboa, o Instituto de Arroios reuniu a vontade política e o esforço necessários para se tornar numa grande instituição dedicada aos feridos da Guerra.

³ Ao longo deste trabalho, sempre que utilizarmos a expressão “soldados no *front*” estamos a referir-nos aos que combateram no palco europeu. Até ao presente estudo, não nos foi possível consultar fontes que nomeiem todos os mutilados que passaram por Arroios ou por Santa Isabel. Aqueles cujo nome é mencionado em notícias de jornal ou crónicas de José Pontes são identificados como tendo regressado das trincheiras; contudo, desconhecemos se o Instituto recebeu e tratou mutilados com lesões sofridas em África.

⁴ A Cruzada era constituída por várias comissões, cada qual com os seus objetivos e fins específicos, vocacionadas ao apoio aos soldados mobilizados para a Grande Guerra. A Comissão que aqui no interessa, por diretamente relacionada com o Instituto de Arroios, é a Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados.

Por outro, não podemos ignorar os critérios economicistas, até porque em Portugal, “o aleijado, o coxo, torna-se imediatamente empresário da sua lesão e trata de a explorar com a comiserção da sociedade [...] autênticos parasitas, que se encostaram à sua mutilação [...]. E todos eles representam um fator negativo na economia da nação”.⁵

À Cruzada pertenciam alguns elementos da mais fina nata da sociedade portuguesa da época, como Ester Norton de Matos (Presidente) e Rita Norton de Matos (Secretária), mulher e filha, respetivamente, do Ministro da Guerra José Ribeiro Norton de Matos, ou Elzira Dantas Machado, mulher do então Presidente da República, Bernardino Machado.⁶ Talvez isto explique, em parte, a solicitude do Ministério da Guerra em atender aos apelos destas Mulheres Portuguesas.

De facto, foi rápido o processo de atribuição e transferência do Convento de Arroios para a posse da Cruzada.⁷ Em 2 de abril de 1917 formalizou-se o que há muito devia estar apalavrado. Solicitaram-se instalações e fiscalização ao Ministério da Guerra e deu-se conhecimento das movimentações da Cruzada:

⁵ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 5-6.

⁶ Assunção Ferreira Simas, esposa de Frederico António Ferreira de Simas, ministro da Instrução Pública entre 12 de Dezembro de 1914 a 25 de Janeiro de 1915 e 29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916, Amélia Leote do Rego, mulher de Leote do Rego, deputado entre 1915 e 1919, Guida Keil Amaral Reis, viscondessa de Pedralva, Joana James Galhardo, casada com Herculano Jorge Galhardo, militar, Senador e ministro da 1.ª República, Maria Helena Maia Pinto, provável familiar de Carlos Henrique da Silva Maia Pinto, militar e político da 1.ª República, Maria Francisca Dantas Machado, filha de Elzira e Bernardino Machado, e foi enfermeira ao serviço da Cruzada. Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1917, p. 5 e Zília Osório de Castro e João Esteves, dir., *Dicionário no feminino: (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. várias.

⁷ O Convento de Arroios, situado na Calçada de Arroios, foi o antigo palácio do conde de Linhares e que serviu de abrigo aos padres lazaristas, “ao tempo da Revolução de 5 de Outubro de 1910, tendo-se ali recolhido nos último tempos da sua vida Barros Gomes, essa individualidade de valor no nosso meio científico e literário e que foi morto por ocasião dos assaltos ao convento, nos dias consecutivos à proclamação da República”. In Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, pp. 7-8. O edifício tinha sido cedido pela Comissão Administradora dos Bens das Extintas Congregações Religiosas ao Ministério da Guerra, que lhe atribuiu o propósito de recolher materiais de guerra. Face à incapacidade do edifício para abrigar tão importante (e perigoso) conteúdo foi natural a escolha deste espaço para o fim que a Cruzada destinara.

Exmo. Senhor Ministro da Guerra

Estabelecendo os Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas que à Comissão de “Assistência aos Militares Mobilizados” compete empregar os mutilados em consequência de ferimentos adquiridos em campanha, criando asilos onde adquiram profissão compatível com o seu estado, venho pedir a V. Exa. que seja temporariamente cedido a esta Comissão, a que tenho a honra de presidir, qualquer edifício, onde se possa montar um asilo ou hospital destinado àquele benemérito e útil fim.

Tenciona esta Comissão fazer face às despesas deste hospital com os fundos de que dispõe, ou venha a dispor, mas muito deseja a fiscalização e superintendência desse Ministério, visto tratar-se de hospitalização de militares.

Saúde e fraternidade.

Lisboa, 2 de abril de 1917.

Pela Presidente da Comissão, Rita Norton de Matos (secretária).⁸

A resposta (a 9 de abril) não demorou e a tomada de posse do edifício, a título provisório e precário, também não (11 de abril de 1917). Vasconcelos Dias, diretor da Manutenção Militar, foi convidado a superintender as obras de adaptação do edifício; a direção técnica foi confiada ao capitão de engenharia Henrique de Carvalho, que fez a “*modificação mais radical de esse labirinto de estreitos corredores, quartos, quartinhos em pisos diversos, verdadeiros remendos de construção, num edifício moderno, confortável, cheio de ar e luz*”.⁹

Para a montagem, organização e direção do Instituto foi convidado Tovar de Lemos, médico especializado em assuntos de higiene social, doenças venéreas e sífilis, e educação física, e que ficou incumbido de estudar “*quanto poude o assunto*”.¹⁰

⁸ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 8.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 9.

¹⁰ Alfredo Tovar de Lemos Júnior nasceu em Lisboa, em 1885, filho do coronel de engenharia Alfredo Tovar de Lemos e de D. Carolina Barros Tovar de Lemos. Concluiu o curso de Medicina na antiga Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1908 e o de Medicina Sanitária no Instituto Central de Higiene. Ocupou cargos de delegado de saúde, diretor do Dispensário e Higiene Social e da Escola de Reeducação dos Sinistrados de Trabalho. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa – Rio de Janeiro, vol. 32, p. 373/374.

As conferências Interaliados para o estudo das questões da guerra

As questões relativas aos mutilados da guerra havia muito que interessavam os países aliados, bem mais adiantados do que nós, uma vez que não precisaram da Guerra como pretexto para se debruçarem sobre este assunto. Assim, em maio de 1917, deu-se início a um ciclo de conferências que reunia os países aliados, no sentido de levar à partilha de experiências particularmente relevantes sobre o estudo da reeducação profissional e de outros aspetos referentes aos inválidos da Guerra.

As nações aliadas, mercê do número elevadíssimo dos seus inválidos e seriamente preocupadas com o problema económico, têm dedicado todas as suas atenções a esta questão e assim tivemos ensejo de encontrar no Congresso as mais altas individualidades da ciência médica, do mundo social, financeiros, pedagogos, industriais, etc. A Inglaterra, da sua representação fazia parte o próprio ministro das pensões e reformas.¹¹

Organizada em quatro secções distintas (reeducação física, reeducação profissional, colocação dos inválidos e interesses económicos e sociais dos inválidos), Portugal foi convidado a participar na que melhor (ou menos mal...) estava preparado: a 2.^a secção relativa à reeducação profissional e à orientação profissional. Diversificada no leque de abordagens, coube a António Aurélio da Costa Ferreira, diretor da Casa Pia de Lisboa, a apresentação dos seus trabalhos sobre esta temática, publicados meses antes na Revista *Medicina Contemporânea*. Da comitiva faziam parte Tovar de Lemos, nosso conhecido, José Pontes, médico da Casa Pia e especializado nas questões de reeducação funcional, educação física, ginástica, massagens; e ainda Formigal Luzes, “muito apreciado como fisioterapeuta e em especial versado nas questões de eletricidade”.¹²

Nesta primeira conferência, além de Portugal, participaram: Bélgica, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Montenegro, Rússia e Sérvia. E de um extenso relatório que pretendia uniformizar práticas e critérios nos diversos países beligerantes, saliento a vontade de se manter os laços de união estabelecidos entre estes países e a intenção de “*secundar por todos os meios ao seu alcance as instituições nacionais, públicas ou particu-*

¹¹ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 13.

¹² Idem, *ibidem*, p. 11.

lares, nos esforços tendentes a melhorar a situação dos mutilados da guerra [...] reunir documentação tão completa quanto possível referente a todos os problemas interessando os Mutilados da Guerra e publicar um boletim periódico interaliado [...]”.¹³

É à luz deste contexto que se deve observar a obra da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Inserido num movimento europeu (com algumas exceções) que apontava holofotes à necessidade de se governar multidões de soldados aleijados, o Instituto de Arroios pecava por tardio em Portugal e assumia o lugar de “parente pobre” do Comité Permanente, com muito pouco a oferecer em termos de progressos científicos e pedagógicos.

Para se compreender o alcance que esta iniciativa granjeou durante este período, devemos avançar até outubro de 1917 e conhecer as pretensões saídas da 3.^a Conferência Interaliada, realizada em Londres.¹⁴

[...] lançou-se a ideia da criação de um Instituto Interaliados em Paris, o que foi aprovado por unanimidade.

Este Instituto teria por missão favorecer as investigações científicas relativas aos Inválidos, especialmente provocando a criação ou o desenvolvimento nos países aliados de laboratórios de pesquisa e ateliers de estudo e de experiências relativas a prótese, instrumento especial, aparelhos de proteção para mutilados, organização de uma biblioteca que reunisse todos os livros, estudos, artigos e documentos de toda a espécie relacionando-se com os inválidos de guerra, e a criação de um museu permanente de aparelhos de prótese, ortopédicos ou de trabalho, e as disposições práticas utilizadas nos vários países.¹⁵

O financiamento destas iniciativas saía das subvenções pagas pelos países aliados, de acordo com as possibilidades de cada um. Não se estranhe, portanto, que a França, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Rússia surjam à cabeça, com quotas na ordem do 30.000 frs.. Portugal acenava, timidamente, com dez por cento dessa quantia.¹⁶

¹³ Idem, *ibidem*, p. 31.

¹⁴ “Em conformidade com os votos emitidos em maio, reuniu novamente a Conferência em Paris, em julho, reunião esta a que assistiram os Srs. Drs. José Pontes e Formigal Luzes, para a eleição do Comité permanente interaliados para estudo das questões que interessam os mutilados da guerra” (Idem, *ibidem*, p. 27). Portugal conquistara os quatro lugares referentes aos quatro delegados que haviam participado na 1.^a Conferência, em maio de 1917.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 31.

¹⁶ Deliberação emanada da 4.^a Conferência Interaliada, realizada em dezembro de 1917, em Paris, e que não contou com a presença de Portugal. A atestar a importância desta questão

Em maio de 1918, os membros do Comité Permanente voltaram a reunir-se em Londres, com um novo presidente da missão portuguesa: ventos do sidonismo.^{17/18} Assim, foi da ideia do Coronel Gomes Ribeiro¹⁹ a adoção de um distintivo especial para todos os mutilados dos países aliados, com o objetivo de diferenciar os mutilados da vida civil dos inválidos da guerra, de modo a nobilitar os últimos em detrimento dos primeiros.²⁰

Facilmente se perde o fio à meada de Conferências Interaliadas que, entretanto, se foram realizando. Salientemos, apenas, mais duas: a que se realizou em Lisboa, em junho de 1919 e a de Roma, quatro meses depois.

A de Lisboa serve para afirmar o aproveitamento político do sidonismo em relação à questão dos mutilados. Recebeu-se os delegados aliados em número de 20, constituindo um ato “*de política internacional da maior valia, e a forma como foram recebidos e as impressões que levaram [...] foi uma prova de apreço em que Portugal é tido pelas nações aliadas*”.²¹ Acrescentem-se outros aspetos que confirmem a utilização da causa dos mutilados em proveito próprio: foi durante o governo do *Presidente-Rei* que a atribuição de medalhas e a organização de “banquetes” em honra dos mutilados ganhou mais expressão. Também a *cruzada* travada contra a Cruzada, retirando-lhe a tutela do Instituto de Arroios e dificultando o reconhecimento do estatuto das enfermeiras formadas por esta organização, são elementos que podem fortalecer esta ideia.²²

aponta-se a periodicidade de reuniões ocorrida no ano de 1917.

¹⁷ Até então, o presidente indigitado fora Costa Ferreira.

¹⁸ “*Em 1917, em dezembro, uma rajada tempestuosa abalou a nossa árvore, e começou caindo grânizo da desconfiança, o frio da indiferença, o vento secante das más vontades, a aridez do abandono*”. Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação dos mutilados da guerra no Instituto Militar de Arroios*, Lisboa, [Tip. de J. Teixeira], 1919, p. 14.

¹⁹ Comandante dos Serviços de Saúde do Corpo Expedicionário Português.

²⁰ Cláudia Pinto Ribeiro, *Os Outros: a Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença*, Porto, UP Editorial, 2011, p. 350.

²¹ Estiveram presentes o professor Bourrillon, diretor do Instituto Nacional de Saint-Maurice, Lucien March, Diretor Geral da Estatística de França, Emile Vallon, Secretário-geral da Assistência aos Mutilados de França, Dr. Le Brun, chefe do Serviço de Saúde Belga, Coronel-médico Brereton, delegado do Ministério da Guerra Inglês, Mrs. Sanger Squire, delegada do Ministro das Pensões de Inglaterra, o professor Theodosius e o Dr. Percy Boyden, chefe dos Serviços de Saúde da Armada Inglesa, os coronéis Mac Larren e Martin, delegados do Exército Canadano, Dr. Caramano, médico consultor técnico, delegado do governo da Grécia, os professores Galleazzi e Nicoletto, de Milão e Roma, o Professor Kabeshima e Nawa e comandante Semba, delegados do Japão, etc.. Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação...*, p. 18.

²² Cláudia Pinto Ribeiro, *Os Outros...*, p. 331.

A de Roma serve para observar a evolução ideológica da causa dos inválidos da Guerra, no seio do Comité Interaliado. Realizada entre 12 e 17 de Outubro de 1919, acentuou-se a opinião de que se deviam considerar os acidentes da guerra conjuntamente com os acidentes de trabalho, pelo que os assuntos respeitantes aos primeiros seriam tratados quase exclusivamente pelos ministérios do trabalho dos diferentes países que tinham mutilados da guerra. O facto do Comité Interaliado ter sido abalado por um certo descrédito, após o abandono de poderosos países como a Inglaterra ou os Estados Unidos, e a criação da Sociedade das Nações, com a consequente passagem do Comité para a secção ou comissões que se ocupam das questões de saúde e de trabalho, foram motivos que aceleraram a sua extinção.²³

Portugal e os outros

Para se compreender a distância que existia entre Portugal e o estrangeiro, particularmente os países mais avançados em termos de reeducação de mutilados de Guerra, o melhor a fazer é visitar os Institutos-modelo europeus, no sentido de “*poder utilizar a experiência dos anos de guerra dos nossos aliados, evitando assim as hesitações e insucessos que eles tiveram e que representam muito tempo e muito dinheiro gasto*”.²⁴ E essas instituições encontram-se, evidentemente, em países com larga tradição na assistência e reeducação dos acidentados do trabalho, não tendo sido, portanto, surpreendidos pela guerra.²⁵

Países essencialmente industriais tinham já os seus Institutos destinados a cuidar das vítimas do trabalho, por isso a aplicação às vítimas da guerra foi apenas uma intensificação de serviço.²⁶

²³ Costa Ferreira dá-nos conta disso mesmo quando, após o regresso da sua missão em Bruxelas, revela que “o Comité tende a desaparecer, e, não desaparecendo, ficará provavelmente com representação menor do que até aqui tem tido e tratando quase unicamente das questões da política social dos inválidos. As questões propriamente técnicas virão provavelmente a passar para o Instituto Internacional do Trabalho”. Cláudia Pinto Ribeiro, *Os Outros...*, pp. 350-351.

²⁴ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 33.

²⁵ A Alemanha possuía, antes da guerra, institutos aptos a trabalhar com os primeiros estropiados e mutilados, tendo posto alguns milhares em condições de voltarem para o «front». Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação...*, p. 12.

²⁶ Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação...*, p. 12.

Por isso, foi em França, em Itália e na Bélgica que Tovar de Lemos encontrou as obras mais modernas e exemplares. Desta visita, que se seguiu à participação na 1.^a Conferência Interaliada, salientam-se alguns aspetos relevantes:

- A existência de vários centros de reeducação, mesmo em países pequenos como a Bélgica;
- O forte investimento realizado pelos governos centrais de cada país e pelas instituições locais (câmaras, associações, comunas, comités locais, etc.);
- A capacidade de resposta às solicitações impostas Guerra, visível na grandiosidade das instalações e na oferta formativa que apresenta.

Tomemos como exemplo o Instituto Militar Belga de Reeducação dos Feridos da Guerra, localizado em Port-Villez (Vernon, Eure), recolhido nas impressões de Lemos:

Esta é a organização mais completa e perfeita de todos os centros de reeducação de todas as nações aliadas. Instalado em 80 pavilhões dispostos em 3 filas tem uma população de 1200 militares dos quais 836 feridos e 461 sargentos, artífices e enfermeiros.

Oficinas e cursos que tem funcionando:

Telegrafista, alfaiate, fotografia, cabeleireiro, fabricante de postiços, litografia, gravura, tipografia, encadernador, serração de madeira, sapateiro, cesteiro, padeiro, contabilidade, construção civil, pintura decorativa, pirogravura, relojoeiro, funileiro, peleiro, eletricista, desenho industrial, correeiro, avicultura, reparações de automóveis, tamanqueiro, carpinteiro, marceneiro, serralheiro, agricultura, choca-deiras, criação de porcos, química agrícola, apicultura, embalador.

Ali vive-se como numa pequena cidade, nada faltando e produzindo-se tudo ali. Não falta o correio, a padaria, o telégrafo, o club, a sala de vendas e encomendas, a capela, a sala de música, teatro, animatografo, sala de festas e conferências, armazém de géneros, quiosque, campo de jogos e sports, etc.

Além das instalações mais modelares de fisioterapia.

A aparelhagem é feita em Rouen.²⁷

Quando comparado com estes grandes empreendimentos, construídos à custa do investimento de muito tempo e dinheiro, Portugal tinha de assu-

²⁷ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 39.

mir a grande desvantagem em que se encontrava, pois não tinha tempo, nem dinheiro. Havia, contudo, a vontade política de se aproximar da comunidade internacional. E havia o interesse científico, no âmbito da efervescência intelectual própria da 1.^a República, de “dar cartas” num campo fértil e ainda “imaculado”. É este fervor pedagógico e científico que explica o surgimento de grandes vultos como António Aurélio da Costa Ferreira, José Pontes, Formigal Luzes, Tovar de Lemos, Francisco Gentil, Vítor Fontes, João Pais de Vasconcelos, Alberto Bizarro, Pinto de Miranda ou Fernando Palyart Pinto Ferreira.

Por isso, a obra fez-se, moldada à especificidade do país e aos meios disponíveis, e inspirada na Escola de Reeducação dos Mutilados da Guerra, de Bordéus; no Centro de Aparelhagem de Bordéus; no Instituto Belga de Reeducação dos Feridos da Guerra, de Port-Villez; nas Oficinas de Prótese do Hospital Anglo Belga, de Rouen; nas Oficinas de Prótese de Gorla, de Milão e no Instituto Ortopédico de Rizzoli, de Bolonha. Também a documentação produzida no âmbito das Conferências Interaliadas serviu de suporte teórico à construção desta escola de reeducação. Aliás, deve-se acentuar a tónica de que falaremos sempre de um instituto-escola de reeducação, por se distinguir de um hospital nos seus meios e propósitos. A distinção é esclarecida por Tovar de Lemos quando diz que:

Este Instituto poderia ter, e seria de extrema vantagem que tivesse montado um serviço de cirurgia, pequeno que fosse, que permitisse fazer desde a regularização dos cotos até às intervenções da prótese cinemática. Isto porém modificava quase por completo a feição deste estabelecimento que com tais serviços seria um hospital e sem eles é uma escola. Para a parte cirúrgica contamos com o Hospital de Campolide com o qual ficaríamos em estreitas relações.²⁸

“O culto do Mutilado”²⁹

O Instituto de Reeducação de Mutilados da Guerra foi montado e organizado por Tovar de Lemos, no extinto Convento de Arroios, localizado num espaço agradável, “a 85 metros de altitude, virado a sudoeste”, ocupando uma

²⁸ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 45.

²⁹ Título apropriado de um artigo de Mário de Almeida, no jornal A CAPITAL, n.º 2827, 5 de julho de 1918.

“área de 15.000 metros quadrados, com grande cerca cultivada e numerosas dependências, com relativo conforto”.³⁰

As suas portas abriram-se em junho de 1918, aparentemente sem grande pompa nem divulgação, e antes de chegar a este momento, é útil salientar dois aspetos fundamentais:

1. Até ao início do funcionamento do Instituto de Arroios, salientou-se a ação enérgica de Costa Ferreira à frente dos destinos da Casa Pia de Lisboa e, por inerência, da Secção de Mutilados da Guerra de Santa Isabel. De facto, desde meados de novembro de 1917 que os soldados que regressavam do *front* com mutilações eram encaminhados para o Instituto Médico-Pedagógico, então adaptado ao recolhimento e tratamento de estropiados da Guerra. Para a economia deste trabalho não interessa dizer muito mais do que isto, até porque o tema já foi âmbito de estudo em outras investigações.³¹ Não se podia, contudo, omitir a resposta provisória que foi dada à urgência de se começar a receber, o mais depressa possível, não os primeiros, mas dos primeiros soldados mutilados.³²
2. Fruto da sua iniciativa e empenho, a Cruzada das Mulheres Portuguesas viu-se arredada da ribalta durante o ano de 1918. De facto, o 5 de dezembro de 1917 não fora muito agradável para estas Mulheres Portuguesas: Sidónio Pais iniciara um período de confronto aberto com esta organização que, num processo rápido, culmina com o decreto-lei 3:732, de 2 de janeiro de 1918, acusando o mau critério aplicado pela Cruzada na gestão dos dinheiros públicos e transferindo a tutela do Instituto de Arroios para o Ministério da Guerra.

Sendo de urgente necessidade *acautelar os interesses do Estado nas suas relações com a Cruzada das Mulheres Portuguesas*, e particularmente com as comissões da mesma cruzada que levaram a efeito obras de hospitalização com destino aos feridos, convalescentes e mutilados da guerra, e em que se despenderam avultadas quantias, que saíram, na maior parte, dos cofres públicos;

Convindo, por isso, transferir, desde já, para a posse do Estado os institutos e estabelecimentos hospitalares a cargo das ditas comissões, que têm recebido importantes adiantamentos do Tesouro, e pelo que foi ocupado militarmente o

³⁰ Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação...*, p. 15.

³¹ Sobre a Secção de Mutilados da Guerra de Santa Isabel aconselha-se a consulta da obra Ribeiro, 2011: 279-358.

³² Cláudia Pinto Ribeiro, *Os Outros...*, pp. 279-358.

Instituto Clínico (Policlínico) de Campolide, por ordem do comandante das forças revolucionárias no Parque Eduardo VII:

O Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º *Passam para a posse do Ministério da Guerra* o Instituto Clínico da Cruzada das Mulheres Portuguesas (Policlínico), em Campolide, o seu auxiliar n.º 1, Hospital Português de Hendaia, e o *Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra em Arroios*.

Artigo 2.º *É anulada a autorização concedida* pela lei n.º 329, de 12 de Maio de 1916, e decretos n.º 2:486 e 2:616, respetivamente de 30 de Junho e 11 de Setembro de 1916, *para o lançamento da lotaria patriótica da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, devendo os portadores dos bilhetes vendidos ser indemnizados da importância que despenderam.

Artigo 3.º A regulamentação dos artigos anteriores, assim como o esclarecimento da situação da Cruzada e das suas comissões perante o Estado, fica a cargo de uma comissão nomeada pelo Ministério da Guerra, a qual deverá propor, no mais curto espaço de tempo, as necessárias medidas. (...) ^{33/34}

Assim, quando o Instituto recebeu os primeiros soldados mutilados, o ambiente político em que estava envolto não era, decerto, o mais agradável para a equipa médica e restante *staff*. Contudo, as portas abriram-se e o seu funcionamento decorreu dentro da normalidade possível.

O Regulamento do Instituto havia sido publicado, em *Diário do Governo*, em outubro do ano anterior³⁵ e definia os estatutos, organização, missão e valências de Arroios. Deste, vou apenas salientar os artigos 10.º e 11.º do Título I, que se referem às instalações especiais montadas para fisioterapia e à oferta formativa que conseguiu organizar:

Art. 10.º – A segunda secção compreende a fisioterapia, com instalações especiais para:

- a) Massoterapia;
- b) Mecanoterapia;
- c) Hidroterapia;

³³ Decreto n.º 3:732, de 2 de Janeiro de 1918. *Diário do Governo* n.º 6, de 2 de Janeiro de 1918. Ministério da Guerra – Repartição do Gabinete. Lisboa.

³⁴ A restituição do Instituto de Arroio à Cruzada das Mulheres Portuguesas, e o perfeito funcionamento do Regulamento aprovado em 11 de outubro de 1917, acontece em fevereiro de 1920, pela mão de Helder Ribeiro, Ministro da Guerra.

³⁵ *Diário do Governo* n.º 175, 1.ª série de 11 de outubro de 1917.

- d) Eletroterapia;
- e) Helioterapia;
- f) Aeroterapia;
- g) Termoterapia.

Art. 11.º – A terceira secção, reeducação profissional, compreende oficinas e aulas.

1.º – Oficinas que no início serão:

- a) De carpinteiro;
- b) De serralheiro;
- c) De latoeiro;
- d) De torneiro;
- e) De alfaiate;
- f) De sapateiro;
- g) De encadernador;
- h) De relojoeiro;
- i) De cesteiro;
- j) De escovas e pinceis;
- k) De eletricista;
- l) De seleiro e correieiro;
- m) Instalação para reeducação nas profissões de jardinagem e agricultura.

2.º – Aulas, que serão:

- a) Instrução primária;
- b) Instrução elementar comercial, industrial e agrícola.³⁶

A segunda secção consiste um esforço inovador, no sentido em que agrega num mesmo espaço um vasto conjunto de instrumentos fisioterápicos, coordenados e complementares do processo terapêutico. Muito embora já existissem alguns estudos e consultórios que aplicavam a eletroterapia³⁷ e a quinesioterapia (o mesmo que cinesioterapia),³⁸ considera-se a obra de Arroios uma criação moderna e inovadora em Portugal, pela oferta terapêutica que apresentava.

³⁶ Título I do *Regulamento do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra*.

³⁷ Em 1903, Silveira Machado, um dos precursores da fisioterapia em Portugal, estabelece o primeiro consultório de Eletricidade Médica e inaugura, nesse mesmo ano, o Instituto Médico Silveira Machado – Eletrologia Médica, que contou com a presença do rei D. Carlos. João Paulo Fonseca, *História da Fisioterapia em Portugal*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Escola Superior de Tecnologia Da Saúde de Lisboa | Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 38.

³⁸ Thomas de Mello Breyner, médico de Câmara do rei D. Carlos, defendeu na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1903, a dissertação “Kinesitherapia Abdominal”, que desenvolvia

Outro aspeto contemplado nesta vaga precursora foi a questão da enfermagem, sublinhada pela urgência de formar pessoal, particularmente feminino, “*como hoje está em todos os hospitais do estrangeiro*”.³⁹ Elaborou-se um curso de enfermeiras, compreendendo uma parte geral e outra da especialidade, seguido de um estágio. Este curso, da responsabilidade da Cruzada das Mulheres Portuguesas, durou quatro meses e teve lugar no Hospital Militar da Estrela. Mais uma vez, serviu a “prata da casa”: Tovar de Lemos, José Pontes e Costa Ferreira.⁴⁰

Todavia, também este aspeto haveria de ser alvo da atenção de Sidónio Pais. Ao que parece, a prática desviou-se da teoria e o estágio das enfermeiras não era realizado. No final de 1917, as primeiras enfermeiras partiram rumo ao Hospital da Cruz Vermelha, em França, em estreita colaboração com o governo português. A partir de 1918, a “cantiga era outra”: sem estágio, o Ministério da Guerra não reconhecia o estatuto das enfermeiras nem as deixava exercer nos seus institutos. Recorde-se que, até meados do ano, apenas o Instituto de Santa Isabel recebia soldados mutilados. Esta medida do governo de Sidónio Pais foi particularmente lesiva do bom funcionamento desta secção. Numa altura em que a lotação do instituto se aproximava do seu limite, chegando a ter oitenta e cinco mutilados, a falta de enfermeiras colocava em causa a realização das tarefas mais simples.⁴¹ Moral da história: Sidónio Pais cedeu perante a diplomacia de Costa Ferreira.⁴²

Apesar destes contratemplos fortuitos, o processo de reeducação não foi colocado em causa ou questionado. Dividido em três etapas bem delimitadas nos seus exercícios e objetivos, o caminho a percorrer por cada soldado mutilado pretendia restituir-lhe a normalidade e oferecer-lhe um bilhete de regresso à “possível” vida de todos os dias. Chegado de França sem informações do que lhe havia acontecido ou que tratamento imediato recebera, o mutilado passava, na 1.^a secção, ainda em Santa Isabel, por uma fase de tria-

os estudos realizados por Guilhermino da Cunha Vaz, e em 1908, “Kinesitherapia Cardíaca”, analisando as ideias de Álvaro da Cunha Reis. Idem, *ibidem*, p. 41-42.

³⁹ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional dos nossos Mutilados de Guerra*, Lisboa, Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1917, p. 59.

⁴⁰ Neste curso, inscreveram-se 32 candidatas. Foram a exame 29, e apenas 10 foram aprovadas, seis delas com distinção. Idem, *ibidem*, p. 65.

⁴¹ Cláudia Pinto Ribeiro, *Os Outros...*, p. 310.

⁴² “E, em relação ao segundo problema, as enfermeiras que tinham sido coagidas a frequentar o estágio nos Hospitais Militares foram autorizadas, devido à sobrecarga de serviço, a realizar o estágio ali mesmo, no Instituto de Mutilados de Santa Isabel”. Idem, *ibidem*, p. 310.

gem baseada na observação e análise do utente e na “*preparação moral para receber a reeducação*”.

Ali se ocupam da orientação profissional, estudo antropométrico e psicométrico do mutilado, avaliação da sua capacidade de trabalho, tendências, hábitos, situação e aptidões.

É-lhe prescrita a profissão conveniente.⁴³

Este estágio de acompanhamento psicológico revelou-se fundamental, principalmente para os primeiros mutilados “*que chegaram pareciam ensinados, espíritos caídos para a vida, prontos à revolta contra a fatalidade*”.⁴⁴

Após este período de seleção, os que necessitavam de operação ou cuidados pós-operatórios, seriam conduzidos para Campolide ou para o Hospital da Estrela, algo que não se pautou por grande êxito, pois estes hospitais não ofereciam condições para a realização de cirurgias ortopédicas, por natureza delicadas e exigentes; os restantes partiriam para Arroios, onde se encontravam as 2.^a e 3.^a secções.

Na 2.^a secção, a cargo de Formigal Luzes, era realizada a reeducação funcional, obtida pela fisioterapia. Com instalações apropriadas e uma oficina anexa ao Instituto especializada no fabrico de próteses (o que acirrou as hostilidades com os fabricantes de próteses lisboetas), a aparelhagem do doente amputado constituía o passo seguinte. Habituar o mutilado à sua lesão e ao uso da prótese era uma etapa fundamental, que ditava o êxito de todo o processo de reabilitação.

Convenientemente aparelhado, o soldado seguia para a 3.^a secção, localizada em Arroios, e a cargo de Tovar de Lemos. A reeducação profissional passava por aplicar o diagnóstico realizado pelo gabinete de orientação profissional. Neste sentido, esta secção organizava-se em três vertentes: comercial, industrial e agrícola.

A subsecção comercial, para os que possuem já um pouco de habilitações, é constituída por um curso rudimentar de comércio, compreendendo o português, aritmética, escrituração e datilografia, e habilita para auxiliar de guarda-livros.

⁴³ Tovar de Lemos, *Terminada a guerra: a obra de reeducação dos mutilados da guerra: sua integração na vida social: resultados obtidos: o que é preciso fazer*, [Lisboa], Instituto de Arroios, 1920, p. 16.

⁴⁴ Tovar de Lemos, *Terminada a guerra...*, p. 15.

A subsecção industrial é formada pela aula de Instrução Primária que é obrigatória para todos os analfabetos, e por oficinas que se limitam entre nós àquelas em que mais facilmente nas suas terras podem empregar-se ou instalar e cuja aprendizagem não é demasiado longa.

Assim, temos a carpintaria, a serralharia, forja, sapataria, cesteiros, alfaiataria e latoaria.

A subsecção agrícola é aquela que maior frequência tem, visto que a maior parte dos nossos soldados eram trabalhadores do campo e a reeducação deve fazer-se sempre de preferência na antiga profissão, além da necessidade de evitar o afastamento dos braços, da terra que tanto e cada vez mais carecem deles.

Por assim dizer, na parte agrícola não é uma reeducação o que se faz, mas sim uma readaptação do mutilado ou estropiado à sua antiga profissão, com a lesão de que é portador.⁴⁵

Do quotidiano em Arroios, pouco nos é dado a saber. Restam-nos alguns positivos que nos mostram os mutilados a exhibir as suas próteses, a pegar na enxada, a jogar à malha... como se o regresso à normalidade se fizesse sem questionamento. Ficam por contar os fracassos, a resistência oferecida por quem não queria assumir a existência da diferença. Por oposição ao silêncio em Arroios, a divulgação de Santa Isabel e a descrição do seu quotidiano, com ênfase nos sucessos ocorridos e nos “milagres” realizados, não foi desprezada. Costa Ferreira e José Pontes rentabilizaram a difusão da imprensa (principalmente o jornal *A Capital*, no qual José Pontes era correspondente), e mobilizaram a sociedade, daqui e d’além-mar, em torno da causa do mutilado.⁴⁶ Durante os primeiros meses de funcionamento, quer de Santa Isabel, quer de Arroios, incita-se a um verdadeiro “culto do mutilado”, convertido em *herói que a Guerra invalidou* e que a Pátria tem de recompensar. As primeiras páginas de alguns jornais lisboetas guardam uma coluna para a exaltação do soldado que dos seus pedidos faz uma ordem. As solicitações emanadas da pena de José Pontes são atendidas com brevidade, quer falemos de maços de tabaco, quer falemos de roupas ou dinheiro. O pecúlio do mutilado, recebido em Santa Isabel e na redação d’*A Capital*, atingiria, em meados de 1919, a cifra de dezassete contos.

⁴⁵ Tovar de Lemos, *Terminada a guerra...*, p. 17.

⁴⁶ A comunidade portuguesa no Brasil foi extremamente generosa, contribuindo com a maior parte das importâncias. A título de exemplo, a Comissão Patriótica de Senhoras do Pará doou doze contos à causa dos mutilados. Cláudia Pinto Ribeiro, *Os Outros...*, p. 355.

Aos poucos, o discurso oficial foi mudando. Se inicialmente se fazia “*o apelo mais fervoroso aos corações portugueses, para que façamos tudo quanto pudermos por esses nossos irmãos que se inutilizaram no campo de batalha*”,⁴⁷ a experiência veio dar um tom mais áspero às palavras:

O mutilado tornou-se a encarnação da vítima da Guerra, e foi exaltado, talvez um pouco em demasia, mas isso sucedeu também em todas as outras nações. Bourrillon em França e Galleazzi em Itália afirmaram que os mutilados foram rodeados de uma auréola permanente de glória, que os fez julgarem-se seres sobre-humanos, o que foi pernicioso por alguns se convencerem de tal e julgarem que o Estado, pelas pensões que lhes dariam, deveria proporcionar tudo o que precisassem para viver.⁴⁸

A multiperspetiva: terminada a guerra, o que resta?

Como quase sempre se nos oferece observar, a diversidade de perspetivas permite olhar uma realidade de diferentes pontos de vista, dependendo da visibilidade que o nosso ângulo nos consente. Caso exemplar da distância de opiniões, é o balanço feito por Tovar de Lemos e pelos sucessivos Ministros da Guerra que não sossegaram enquanto não diluíram esta experiência num contexto mais vasto. Vejamos os seus argumentos.

O que nos diz Tovar de Lemos...

Apesar de alguma desilusão evidenciada no balanço que faz dos resultados do Instituto de Arroios, deceção, aliás, partilhada por Costa Ferreira aquando de uma reflexão sobre as potencialidades e limitações da secção de Santa Isabel, a análise de Tovar de Lemos destrinça a diversidade de proveitos alcançados por esta obra assistencial.

- **Resultados gerais:** a dignificação da mulher portuguesa, visível no empreendimento desta obra de vulto e na ocupação dos postos de enfermeiras, nos hospitais militares, formadas num curso elaborado e ministrado pelos principais intervenientes neste processo; a aproximação e

⁴⁷ Tovar de Lemos, *A Reeducação Profissional...*, p. 80.

⁴⁸ Tovar de Lemos, *Terminada a guerra...*, p. 21.

integração do país “convívio íntimo das nações aliadas, por intermédio do Comité Permanente”; a evidência de que a obra dos mutilados, feita à custa do empenho e esforço de um pequeno grupo de pessoas, produziu bons resultados, principalmente quando comparada com a falta de assistência a tantos “outros inválidos, os tuberculosos, os gazeados, os loucos, que até agora têm vivido abandonados, sem assistência”.⁴⁹

- **Resultados morais:** a permanência dos mutilados no Instituto apresentou-lhes um mundo com oportunidade de se valorizarem, tornando-se úteis a si e à sociedade, mostrando-lhe que poderiam ganhar o seu sustento, sem dependerem da caridade alheia. Isto comprova-se “pelo número elevado de mutilados que pretendem aprender ofício, principalmente de sapateiro e alfaiate ou obter colocação em qualquer lugar do Estado”.^{50/51}
- **Resultados científicos:** os trabalhos desenvolvidos nas várias secções permitiram chegar a “conclusões interessantes”, nos campos psicológico, fisioterápico, cirúrgico, médico, ortopédico e pedagógico. A orientação profissional, a aplicação do taylorismo no trabalho em oficina ou no campo, a utilização de modernos sistemas de aparelhagem protésica, na senda das investigações de Jules Amar que cedera a devida autorização e desenhos para a sua produção em laboratórios em Portugal, foram áreas de intervenção que conheceram assinaláveis progressos. O elevado número de tratamentos realizados na 2.^a secção – 43.813 tratamentos, entre maio de 1918 e dezembro de 1919, explicam como a prática aperfeiçoou a teoria:

⁴⁹ Tovar de Lemos, *Terminada a guerra...*, p. 20.

⁵⁰ Tovar de Lemos, *Terminada a guerra...*, p. 20.

⁵¹ De facto, e concordando com Tovar de Lemos, António Aurélio da Costa Ferreira, no balanço que fez sobre a obra da Secção de Santa Isabel, concluía que tinham sido as profissões de sapateiro e de cesteiro as que tinham reunido maior preferência e utilidade para o regresso ao meio rural, de onde a maior parte dos mutilados era oriunda.

Localização dos ferimentos	
Lado esquerdo	56%
Lado direito	41,2%
Bilateral	1,9%
Membro superior	56%
Membro inferior	38,7%

Natureza das lesões	
Amputados	26%
Fraturas	22,5%
Feridas articulares	17%
Lesões nervosas	16%

Resultados	
No mesmo estado	5,9%
Melhorados	26,4%
Curados	67,7%

- **Resultados técnicos:** na 3.^a secção dedicada à reeducação profissional, registaram-se 59.015 horas de trabalho, de aulas e oficinas. A grande tendência da maioria dos mutilados era inclinar-se para as profissões “mais limpas” e abandonar os trabalhos agrícolas. O emprego público era o predileto.
- **Resultados cirúrgicos e protésicos:** os serviços hospitalares delineados para o serviço de cirurgia ortopédica não corresponderam às expectativas e exigências deste tipo de operações. Neste sentido, foi o Hospital Civil de S. José que realizou determinadas intervenções. Do saldo final, registre-se o avanço da cirurgia e da prótese que *“entre nós andou todo o caminho para percorrer o espaço que havia a percorrer desde a não existência até ao grau que atingiu”*.⁵²

Nas nossas oficinas de prótese, criámos tipos de aparelhos nossos, com as suas características; modificámos modelos estrangeiros e improvisámos aparelhos originais, alguns dos quais mereceram os aplausos e a aprovação mais decidida de alguns dos nossos melhores cirurgiões.⁵³

⁵² Tovar de Lemos, *Terminada a guerra...*, p. 23.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 23.

O que nos dizem os outros...

Por “outros” entendamos os detentores do poder político, cujas intervenções nos debates na Câmara dos Deputados e no Senado da República e decisões contribuíram para os destinos do Instituto de Arroios.

Nos princípios de 1920, o ministro da Guerra Helder Ribeiro envidara esforços no sentido de restituir à Cruzada das Mulheres Portuguesas o Instituto de Reeducação de Arroios, “*para prosseguir no caminho salutar em que o colocaram desde que foi criado*”.⁵⁴

A transferência realizou-se num contexto de justiça e reparação devida pelo afastamento da Cruzada da obra que concebera desde o primeiro dia. Contudo, dos elementos que pertenceram inicialmente aos Conselhos Administrativos e Fiscal da Cruzada poucos restavam, envolvendo esta organização num manto de suspeita sobre a má gestão dos dinheiros confiados.

Tomaram conta da Cruzada umas outras senhoras, às quais foram entregues, pela tesoureira que saiu quando das outras senhoras, alguns centos de contos.

Passados tempos, não sei que Ministro, entregou o Instituto de Arroios à nova comissão da Cruzada, que recebia 9 ou 10 contos por mês para não tratar ninguém, porque nessa época já lá não estava nenhum mutilado.

Essas senhoras quiseram [...] mesmo vender terrenos que pertenciam ao Estado.

Ela não tinha uma sede; a sede era em minha casa ou em casa das outras senhoras. Nunca teve um piano, porque não havia tempo para se tocar piano. Pois hoje, a Cruzada tem uma casa, e tem um piano comprado com o dinheiro que o país deu para os soldados.

Atualmente está em litígio o material e a propriedade, porque essas senhoras intentaram uma ação, que está nos tribunais.⁵⁵

À medida que se levantava o véu de desconfiança sobre a gerência da Cruzada, sobem de tom as críticas e as sindicâncias afetas ao Instituto. Será, pois, com Álvaro de Castro que se observa um período de maior hostilidade que vai acelerar o declínio do Instituto.

Um dos problemas mais interessantes de Arroios era o da reeducação dos mutilados e, embora o Dr. Tovar de Lemos não tenha essa opinião, eu devo dizer que a reeducação não deu resultados.

⁵⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 35, de 4 de fevereiro de 1920, p. 5.

⁵⁵ O ministro da Guerra Correia Barreto, *Diário do Senado*, n.º 113, de 5 de setembro de 1922, p. 34.

No número de reeducados apresentados pelo Dr. Tovar de Lemos compreendem-se aqueles que aprenderam a ler, mas isso não constitui, de facto, a reeducação do mutilado.⁵⁶

Mesmo reconhecendo Tovar de Lemos como um “*profissional distintíssimo*”, notava-lhe a ausência da disciplina militar essencial para compreender a natureza de uma obra dedicada ao governo de militares.

O Sr. Dr. Tovar de Lemos é um profissional distintíssimo, mas não é um militar, e a falta de uma criatura dirigindo esse estabelecimento com a compreensão dos deveres militares traduziu-se numa grande indisciplina.⁵⁷

O espírito de liberdade que estava subjacente ao funcionamento do Instituto, visível nas rotinas pouco enraizadas, na tolerância de entrarem e saírem sempre que entendessem, pois as portas estavam sempre abertas, a possibilidade de interromperem o processo de reeducação para passarem grandes temporadas na sua terra, sempre com o aval da equipa médica, as oficinas vazias por não haver interessados em mantê-las em permanente funcionamento, fizeram desta casa um espaço que oferecia condições bastante sedutoras para os seus utentes:

No Instituto os mutilados têm a casa, alimentação, os seus vencimentos de campanha pagos em francos, ajuda de custo de vida, subsídio para a família e a respetiva pensão que vai desde 30%. Estando no Instituto têm ainda a liberdade de sair e ir aos teatros, onde têm entrada de graça.

Compreende-se que não é fácil encontrar uma situação de qualquer colocação com condições semelhantes.

É difícil encontrar uma profissão que ofereça iguais vantagens.⁵⁸

Perante este cenário atrativo, os mutilados prorrogavam a sua permanência pelo maior período de tempo possível, adiando a sua cura e demorando o processo de reeducação funcional e profissional. As estratégias desenvolvidas nesse sentido mostram as habilidades dos mutilados em ludibriar o “sistema”.

⁵⁶ *Diário do Senado*, n.º 45, de 27 de abril de 1921, p. 6.

⁵⁷ *Diário do Senado*, n.º 45, de 27 de abril de 1921, p. 5.

⁵⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 50, de 26 de abril de 1921, p. 21.

Uma das questões que mais protestos tem levantado é a da falta de aparelhos nos mutilados que deles careciam. Isso é devido à circunstância das oficinas do Instituto não produzirem o suficiente para a fabricação desses aparelhos, e ainda pelas razões científicas aduzidas pelo Sr. Dr. Tovar de Lemos, que diz que se não deve fazer um aparelho senão depois de um certo tempo, de forma a que o aparelho tenha utilidade para o seu portador.

Mas havia, sem dúvida, o não aparelhamento. Pois, desde 19 de janeiro em que foi publicado um decreto da autoria do Sr. Helder Ribeiro, então Ministro da Guerra, a todos os mutilados era permitido o uso do aparelho, adquirindo-o eles próprios na indústria particular e comprando-o sem necessidade de dar dinheiro, porque o Ministério da Guerra imediatamente os pagava. Quer dizer, só não tem aparelho quem não quis.

Consta também do relatório que, *embora essas oficinas não dessem vazão aos aparelhos necessários, uma outra razão impedia que se constríssem aparelhos em maior número, qual é a de que alguns mutilados pagavam ao chefe das oficinas para os não construir*. Isto não é um facto novo; deu-se em todos os países que entraram na Guerra; é o horror do mutilado ao aparelho.⁵⁹

Para o desgaste da imagem do Instituto, acrescentem-se polémicas laterais alimentadas pela imprensa. Com o intuito de engrandecer a obra perante a sociedade, José Pontes acabaria por falar demais e levantar suspeitas fruto, talvez, de contas mal feitas.

O Sr. José Pontes, que empregou grande parte da sua atividade a propagar a necessidade de serem promulgadas medidas atinentes a socorrer os mutilados, disse, em várias conferências públicas que quando os mutilados saíssem do Instituto poderiam receber dos donativos particulares entre 300\$ e 400\$. Ora, como esses donativos não deram margem a que dele recebessem mais do que 150\$ a 160\$, daí resultou o fazerem-se acusações à gerência do Instituto, chegando até a dizer-se que tinha havido roubo.⁶⁰

O descrédito do Instituto coincidiu com o desinteresse na questão dos mutilados, simultaneamente causa e consequência de uma postura dos soldados pouco tolerada pela sociedade. A ociosidade patente nas oficinas desertas, a exibição do estropiamento como passaporte de acesso a uma invalidez compensadora, a recusa na aceitação de trabalhos no setor público e privado por

⁵⁹ *Diário do Senado*, n.º 45, de 27 de abril de 1921, p. 5-6.

⁶⁰ *Diário do Senado*, n.º 45, de 27 de abril de 1921, p. 6.

se preferir continuar instalado em Arroios, a resistência oferecida no processo de reeducação, vital para o (in)sucesso da reabilitação do mutilado, foram aspetos que contribuíram para a degradação da opinião sobre os mutilados da Guerra.

A coincidência de, em 1919, ter estreado no Teatro República “A Maluquinha de Arroios”, a célebre peça de André Brun, não abonou muito a favor dos mutilados que, com o correr dos dias e o azedume das críticas, começaram a ser conhecidos como os “maluquinhos de Arroios”. Ironicamente, Brun integrara o Corpo Expedicionário Português, na frente da Flandres, e, sensível às condições impostas às tropas portuguesas, registara as seguintes impressões:

Acompanhei de perto essa arraia-miúda para a não amar e não a estimar. Foi com ela que ganhei os meus primeiros galões bem ganhos. Sei o que ela vale, o que ela fez e o que ela podia ter feito no instante próprio, *se os chefes combatentes*, verificando que ao começo as suas funções táticas eram, pela natureza especial da guerra que se estava fazendo, reduzidas à versão e reprodução de ordens anteriores, e portanto redutíveis a proporções para as quais chegava e sobejava a mentalidade de um sargento-ajudante munido de um xapirógrafo, *tivessem melhor atentado na importância das suas funções humanas e cuidado com maior carinho e mais inteligente desvelo do moral de tropas já de si ignorantes e propensas à estagnação de espírito e fatalismo atávico e, para mais, atiradas para longe da terra onde tinham as razões lógicas do seu ser.*⁶¹

Considerações finais

Entre junho de 1918 e abril de 1921, passaram pelo processo de reeducação 564 mutilados. Destes, permaneciam no Instituto 78 considerados, por Álvaro de Castro, não reeducáveis, “*porque não vão às oficinas nem frequentam as aulas*”.⁶²

Da falta de consenso sobre os resultados decorrentes deste investimento já dei conta. As opiniões de Tovar de Lemos e José Pontes (aliás, o maior defensor da causa dos mutilados no consultório médico, nas colunas d’*A Capital* e nas bancadas do Parlamento) situam-se nos antípodas das dos ministros da Guerra que sucediam no cargo. Portanto, nestas considerações finais, julgo oportuno salientar as pontes que aproximam as sensibilidades manifestas:

⁶¹ André Brun, *A Malta das Trincheiras*, Braga, Edições Vercial, 2012, p. 5.

⁶² *Diário do Senado*, n.º 45, de 27 de abril de 1921, p. 6.

- Foi consensual a ideia de se estar na presença de uma obra de vulto, que mobilizara a sociedade portuguesa, e que acrescentara conhecimentos, instalações e novas práticas a um panorama desolador.
- Não ofereceu dúvidas a pertinência de se dar continuidade a Arroios, ainda que debaixo de outra tutela que não o Ministério da Guerra. Daí resulta a perda de autonomia do Instituto, traduzida pela lei n.º 1:516, de 18 de dezembro de 1923, que regulamentava a transição dos serviços de assistência e reeducação funcional e profissional dos mutilados e estropiados da guerra e dos sinistrados do trabalho para o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Posteriormente, o Instituto de Arroios foi colocado na alçada da Direção Geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa, sem ver salvaguardada a continuação das suas atribuições.
- O “*Instituto de Arroios é imperfeito e incompleto*” – esta afirmação de Álvaro de Castro não encontra resistência no discurso de Tovar de Lemos ou de Costa Ferreira, que também consideraram que “*ficámos muito longe do que queríamos e esperávamos. E o mais que se pôde fazer foi utilizar oficinas e hortas para ocupar mutilados, e ainda assim com dificuldade e questão de salários*”.⁶³
- A reintegração dos mutilados da guerra na sociedade portuguesa é-nos apresentada de modo mais claro, mas sobremaneira pessimista por Costa Ferreira, no balanço que faz da obra de Santa Isabel. Desencantado com os resultados alcançados, mas resignado devido ao reduzido número de mutilados em questão (quando comparados com o de outros países), a solução para reintegrar estes indivíduos na “vida Ativa” passou pelo aumento da pensão do Estado e pelo acesso facilitado ao funcionalismo público. Na verdade, não havia tempo,

(...) razão ou prestígio para, querendo se reformar os costumes, começar-se a reformá-los ao invés, principiando por dificultar ou impedir o usufruto dos lugares do Estado e da liberdade de exercício de menor esforço aos que, ao contrário da maioria dos que o usufruem, tão tragicamente se sacrificaram e perderam parte da saúde e da integridade do seu corpo e, por ora, justamente a perfeita calma do seu espírito.⁶⁴

⁶³ António Aurélio da Costa Ferreira, *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1919-1920 e 1920-1921*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1922, p. 90.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 90.

- Os motivos que causaram o descrédito do Instituto não devem mais à má vontade política dos ministros da Guerra, do que à filosofia educativa da instituição, delineada pela equipa dirigente, e às concepções dos mutilados em relação ao seu processo de reeducação. A ideia de se organizar um instituto que, com “*ciência e ternura*”,⁶⁵ “revalidasse” os soldados inutilizados pela Guerra constituía, à partida, uma ideia vencedora. Contudo, não se atentou à “*psicologia do mutilado*”: a maioria dos feridos da guerra não tinha hábitos escolares e não desejava aprender. Como diria Costa Ferreira, já vencido, “*sendo a obra dos mutilados uma obra de guerra, com a guerra devia acabar*”.⁶⁶

⁶⁵ “Depois da catástrofe... – Ciência e ternura. Eis o que acima de tudo é preciso para aproveitar os mutilados da guerra” – Entrevista a Adelino Mendes, redator d’A *Capital*, n.º 2616, ano VIII, 1917/11/30, p. 1.

⁶⁶ A obra do Instituto de Santa Isabel” – Notícia publicada no Jornal A CAPITAL, n.º 3189, ano X, de 9 de Agosto de 1919, p. 1.